

PREFÁCIO

O dossiê temático da Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (UnB) tem como tema central **Aviação Civil e Direito Espacial: aspectos regulatórios nacionais e internacionais**. O objetivo é produzir, incentivar e divulgar conhecimento a partir de pesquisas acadêmicas e profissionais sobre as questões regulatórias nacionais e internacionais nos setores da aviação civil e do espaço exterior, de modo a aprofundar esses assuntos, em perspectiva crítica, interdisciplinar, comparada e sustentável. Em especial, são apresentados alguns estudos sobre a aplicação do Tratado do Espaço de 1967 em contexto diversos.

Esta edição foi organizada pela professora Inez Lopes e pelos professores Gabriel de Mello Galvão, Marcelo P. Queiroz e Olavo de O. Bittencourt Neto, com apoio do *Grupo de Estudos em Direito Internacional Aéreo e Espacial (GDIP-Aéreo&Espacial)*, do *Grupo de Estudos em Direito dos Transportes (GETRA)*, do *Núcleo de Direito Setorial e Regulatório (NDSR)*, todos da Faculdade de Direito da UnB e do grupo de pesquisa *Direito e Política Espacial* da Faculdade de Direito da Universidade Católica de Santos (UNISANTOS). A aproximação e cooperação interinstitucional entre os grupos de estudos e de pesquisa corrobora para a difusão do conhecimento por eles produzidos.

O texto inaugural deste dossiê especial intitulado **Inteligência e Segurança Aeroportuária no Brasil: Uma Abordagem Integrativa no Cenário Pós-Concessões**, dos autores Donizeti de Andrade e David Medeiros Oliveira. O texto aborda o desenvolvimento da infraestrutura aeroportuária brasileira, a criação da Infraero na década de 1970 e a mudança de paradigma para permitir concessões de aeroportos à iniciativa privada. O artigo analisa o Sistema Brasileiro de Inteligência e as repercussões da migração da administração aeroportuária para a iniciativa privada. Segundo os autores, os editais de concessão são silentes sobre o assunto, e, uma vez concedido, o aeroporto pode optar por um protocolo, que lhe permita o reengajamento formal a uma estrutura de tramitação de documentos sigilosos para com o Estado, com fundamento na Lei de Acesso à Informação.

A Economia Espacial e o Papel da Arbitragem, artigo de autoria de Mateus Costa Pereira, Francisco Campos da Costa, Caroline Justino de Vasconcelos e de Catherine de Souza Santos, examina a importância da economia espacial, uma área que atrai investimentos estatais e privados para a exploração e uso da órbita terrestre. No que tange a potenciais controvérsias que possam surgir em decorrência das atividades espaciais, os autores estudam a arbitragem e sustentam seu uso como mecanismo adequado para solucionar eventuais disputas relativas a atividades espaciais em comparação às demais opções de resolução por decisão judicial. O texto ressalta a autonomia das partes para elegerem a legislação aplicável e no apontamento de técnicos e julgadores

especializados e familiarizados com a temática espacial.

Os autores Daniel Freire e Almeida e Marina Stephanie Ramos Huidobro escrevem sobre a ***Proteção dos Corpos Celestes e a Exploração de Recursos Espaciais: Perspectivas de Governança***. O artigo apresenta as diretrizes desenvolvidas pelo Grupo Internacional de Trabalho da Haia sobre Governança de Recursos Espaciais, a fim de promover o desenvolvimento da atividade de exploração de recursos espaciais em conformidade com o Tratado do Espaço de 1967 e demais instrumentos que tratam do assunto.

Os Caminhos para a Definição do Direito de Propriedade sobre Meteoritos no Brasil, de autoria de José Williams dos Santos Vilas Boas, Maria Elizabeth Zucolotto e Rodrigo Vesule Fernandes estudam a respeito da definição sobre direitos de propriedade sobre meteoritos. Os autores afirmam que o Direito Espacial é balizado pelas diretrizes do Tratado do Espaço de 1967, que regula as atividades espaciais e estabeleceu o princípio da “não apropriação”, conforme dispõe o artigo 2º do instrumento internacional, que torna defeso aos Estados declararem, por qualquer meio, propriedade sobre corpos celestes. O texto estuda a respeito dos direitos de propriedade sobre os recursos espaciais, chamados meteoritos, passíveis de apropriação, cabendo aos legisladores nacionais tal tarefa. No Brasil ainda não há lei sobre a matéria e o artigo apresenta as alternativas disponíveis para a solução da questão de propriedade dos meteoritos caídos em terras brasileiras.

O próximo artigo intitulado ***A Necessidade de Uma Lei Geral Do Espaço No Brasil***, dos autores Márcia Alvarenga dos Santos, Petrônio Noronha de Souza e Ian Grosner, apresenta reflexões sobre as normas jurídicas brasileiras que regulam as atividades espaciais. Segundo os autores, o PNAE (2012-2021) é o programa de planejamento decenal e estabelece diretrizes estratégicas, incluindo o aperfeiçoamento da legislação para dinamizar as atividades espaciais, favorecer as compras governamentais e desonerar a indústria. Entre as políticas brasileiras, aspira-se obter a capacidade de lançamento de satélites a partir de território brasileiro. Os autores ressaltam que a ausência de uma legislação específica sobre o tema poderá colocar o Brasil em uma situação de vulnerabilidade. Neste contexto, apresentando as regulações nacionais de vários países, os autores propõem a adoção de um instrumento regulador mínimo que fomente o setor espacial brasileiro, assim como outras iniciativas para o desenvolvimento das atividades espaciais.

O penúltimo artigo estuda ***A Mineração no Espaço Exterior e o Interesse Público Global: análise dos regulamentos nacionais e internacionais para exploração e uso sustentáveis***, de autoria de Inez Lopes e Ítalo Daltio de Farias. De acordo com os autores, a ausência de regulação sobre a exploração de recursos minerais espaciais tende ao surgimento de leis nacionais, que podem engendrar uma competição normativa, cujas normas podem não estar em conformidade com as normas peremptórias de direito internacional espacial. Os autores destacam, ainda, o crescimento de empresas privadas

que desenvolvem atividades espaciais. Essas atividades devem estar em sintonia com o Tratado do Espaço de 1967, e os autores apontam a necessidade de haver normas que regulem e determinem a lei aplicável a tais atividades. A criação de uma autoridade internacional para uma gestão sustentável na exploração e usos de recursos minerais espaciais faz-se necessária.

O artigo de autoria de Fernando Cardozo Fernandes Rei e de Suyan Cristina Malhadas encerra este dossiê especial e aborda **A Exploração Econômica dos Recursos Minerais Espaciais: um Regime Internacional em Formação?**. Investiga a necessidade de coordenação dos vários interesses relacionados à exploração comercial dos recursos espaciais, diante da insuficiência regulatória atual. Os autores defendem que a governança global nessa área pode conduzir à formação de um novo regime internacional, que promova o desenvolvimento cooperativo de estratégias adequadas para o enfrentamento dos problemas existentes e futuros.

Por fim, esperamos que os estudos apresentandos neste dossiê especial possa trazer reflexões sobre as questões contemporâneas relacionadas aos setores da aviação civil quanto do espaço exterior, de modo a garantir o desenvolvimento econômico sustentável, a partir de marcos regulatórios nacionais e internacionais adequados.

Brasília, dezembro de 2020.

Inez Lopes, Gabriel de Mello Galvão, Marcelo P. Queiroz e Olavo de O. Bittencourt Neto.